

Balanco Crítico do Relatório de Autoavaliação da Universidade Regional de Blumenau



Avaliação Institucional



www.furb.br

Reitor

Profº Dr. Eduardo Deschamps

Vice-Reitor

Profº Romero Fenili

Pró-Reitor de Administração

Profº Edesio Luiz Simionatto

Pró-Reitora de Ensino e Graduação

Profª Sônia Regina de Andrade

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão

Profº Clodoaldo Machado

Membros da CPA - Comissão Própria de Avaliação

Docentes:

Mauro Rogério da Silva – Coordenador

Dilson Tomio

Djalma José Patrício

George Ernesto da Silva

Lúcio Flávio da Silveira Matos

Sheila Luzia Madalozzo

Valdevino Pedro da Silva

Servidores Técnico-Administrativos:

Alex Lawrence Blankenburg Junior

Heidi Dittrich Zimmermann

Diretório Central dos Estudantes:

Marina Beuting Campos

Representantes da Comunidade Externa:

Maurílio Schmitt

Representantes do SINSEPES:

Rúbia Carla Ribeiro

Thomas da Rosa

Organizadores:

Mauro Rogério da Silva

Gisele Luciani Schaefer

Revisora:

Sheila Luzia Madalozzo

Digitação:

Gisele Luciani Schaefer

Capa:

Marketing FURB

Distribuição:

CPA – Comissão Própria de Avaliação

Rua Antônio da Veiga, 140, Bloco M, Sala 106

Cep: 89012-900

Blumenau – SC

E-mail: cpa@furb.br

Fone: (47) 3321-0374

INTRODUÇÃO

O processo formal de autoavaliação institucional na FURB foi iniciado em 1995, com base nos princípios e indicadores do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB). Os seus resultados geraram importantes substratos para o redimensionamento de várias ações na instituição. Contudo, apesar dos pressupostos deste programa de avaliação institucional serem abrangentes e sistêmicos, eles não foram alcançados pelas Instituições de Ensino Superior, ficando a avaliação restrita ao ensino e aos serviços. Isto ocorreu com a grande maioria das universidades que participaram deste programa.

Neste viés é que em 14/04/2004, pela Lei 10.861, o MEC instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que passou a ser o instrumento norteador do processo de avaliação da educação superior, como um todo, em âmbito nacional. O SINAES entende que a avaliação da educação superior deve integrar um conjunto de políticas públicas, objetivando a qualificação das funções das instituições e o resgate do seu compromisso social. Nessa perspectiva, a avaliação é vista como um processo de caráter pedagógico e indispensável para o desenvolvimento do estudante, da instituição e da sociedade. São esses pressupostos que também vieram fundamentar a proposta de avaliação da FURB, pois, além de objetivar o autoconhecimento, têm desdobramentos na adequação pedagógica, administrativa e de inserção social da Universidade.

Como ponto de partida, em 2003 foi promovido um Seminário com o tema “Políticas Públicas de Avaliação Institucional” e cuja plenária nomeou um grupo de estudos em avaliação, a fim e dar continuidade à discussão do assunto. Este grupo formado por alunos, funcionários e docentes de diversas áreas da Instituição, após vários encontros, definiu quais as ações e reflexões que o Programa de Avaliação Institucional, dentro do pressuposto do SINAES, deveria contemplar. Desta forma estava criada a Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Universidade Regional de Blumenau.

Objetivando a implantação do SINAES em nível estadual, em 20 de abril de 2005 o Ministério da Educação através da CONAES (Comissão Nacional de Educação Superior) e do CEE/SC (Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina), firmaram convênio de cooperação técnica visando fixar procedimentos e estabelecer formas de colaboração para a avaliação da educação superior, junto às instituições vinculadas ao CEE/SC entre as quais se incluem as instituições vinculadas à ACAFE (Associação Catarinense das Fundações Educacionais) da qual a FURB participa.

Uma vez interpretadas as concepções, princípios, objetivos e metodologias do SINAES, a FURB elaborou a sua própria proposta de avaliação. Para fins de análise definiu-se que o período a ser estudado seria o compreendido entre 2001 e 2005. Todas as etapas propostas na metodologia da autoavaliação institucional foram rigorosamente cumpridas.

A responsabilidade da elaboração do relatório final foi da CPA. Este foi pautado em toda a série de documentos produzidos na instituição, detalhados nas planilhas avaliativas, bem como, nos resultados dos questionários preenchidos pelos discentes, docentes, técnico-administrativos, gestores e

comunidade externa. Para que houvesse discussão ampla e participativa dos dados que iriam nortear o relatório final, ocorreram vários seminários, onde foram discutidos, com a comunidade universitária, todos os indicadores de cada uma das dez dimensões propostas no programa de Autoavaliação, e definidas as escalas mais apropriadas para cada indicador. O relatório final, além de ser encaminhado ao CEE/SC e ao CONAES, foi amplamente divulgado na comunidade interna. Todos os espaços e meios disponíveis na Instituição foram utilizados, como seminários, reuniões por departamentos e ou colegiados, boletins impressos e eletrônicos. Este momento teve como objetivo a reflexão sobre o processo avaliativo desenvolvido, sobre as estratégias utilizadas e as dificuldades e avanços que se apresentaram ao longo do processo de autoconhecimento institucional.

O relatório apontou os aspectos fortes e fracos detectados, a partir dos quais fez recomendações à instituição. Com base nessas recomendações elaborou-se um documento que foi enviado aos gestores responsáveis, e que permitiu uma reflexão sobre os avanços que se apresentaram após o processo de avaliação.

O presente balanço crítico elaborado pela CPA a partir das informações coletadas nos vários níveis da gestão da universidade tem como objetivo mostrar quais os aspectos negativos a instituição realmente procurou melhorar. Nesta análise as informações foram divididas em três colunas: Pontos Frágeis/Indicadores; Recomendações da CPA e Resultados Alcançados, relatados pelos gestores da instituição. Por fim, são apresentadas as considerações e a conclusão da CPA em relação a todo o processo de autoavaliação 2001 – 2005.

DIMENSÃO 1 – MISSÃO E PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Pontos Frágeis/ Indicadores	Recomendações da CPA	Resultados alcançados
Inexistência do Plano de Desenvolvimento Institucional.	Elaborar o Plano de Desenvolvimento Institucional.	Em elaboração, derivado do Planejamento Estratégico (PE).
Pouco conhecimento do Planejamento Estratégico.	Criar estratégias para divulgação do Planejamento Estratégico	Planejamento efetuado e divulgado em palestras e na intranet (“Fale com o Reitor” e “Em Dia”)
Pouco comprometimento dos dirigentes na implantação e revisão periódica do Planejamento Estratégico (PE).	Implementar e acompanhar continuamente o PE.	Estão sendo efetuadas Avaliações Gerenciais Mensais e a segunda revisão do PE.

Comentário da CPA:

Apesar de a Instituição possuir todas as diretrizes Institucionais que norteiam um PDI, até o momento este documento ainda não existe. A atual reitoria tem se utilizado de meios eletrônicos e impressos para divulgar o atual Planejamento Estratégico. Observa-se que existe um maior comprometimento dos atuais dirigentes em relação a sua implementação bem como o seu desenvolvimento. As reformas em decorrência do novo PE estão sendo estudadas, porém a CPA entende que somente através das análises quantitativas e qualitativas da próxima autoavaliação (2006-2009) se poderá observar o grau de melhoria destes pontos frágeis.

DIMENSÃO 2.1 – A POLÍTICA PARA O ENSINO DE GRADUAÇÃO E SEQÜENCIAIS

Pontos Frágeis/ Indicadores	Recomendações da CPA	Resultados alcançados
Ausência de metas a curto e médio prazo para o ensino de graduação.		Metas definidas no Planejamento Estratégico Institucional aprovado no final de 2007, com destaque para: fomento a discussão, reflexão e implementação das políticas nacionais de avaliação do ensino de graduação. Construção de estratégias pedagógicas a partir da análise dos resultados dos diferentes processos de avaliação: ENADE, CPC, IGC, avaliação docente, autoavaliação, relatórios de reconhecimento, renovação reconhecimento e credenciamento institucional emitidos pelo CEE.
Flexibilização limitada diante da rigidez do sistema organizacional (turno, fase, currículo, limitações de oferta).		A lógica de organização curricular disciplinar da Instituição não permite uma adequação dos sistemas operacionais da Instituição, dificultando práticas inovadoras.
Dificuldades na adoção de Práticas de ensino e de avaliação da aprendizagem diferenciadas devido a formação didático-pedagógica, ao desconhecimento das concepções de ensino-aprendizagem e ao sistema horista de contratação dos docentes.	Fortalecer os sistemas para o ensino envolvendo novas tecnologias de informação e de comunicação.	Cursos de formação para docentes, ofertados durante o período letivo, pela PROEn, cujos temas abrangem Avaliação, Metodologia, Concepções de Aprendizagem, Uso de

		<p>Tecnologias.</p> <p>Implantação de um sistema de apoio à atividades pedagógicas (AVA). Formação da comunidade acadêmica para o uso das tecnologias para informação e comunicação. Assessoria pedagógica aos docentes para construção de materiais didáticos utilizando tecnologias. Ampliação e melhoria da infraestrutura tecnológica de apoio a atividade pedagógica.</p> <p>Quanto a contratação docente, a Instituição segue as normatizações, não competindo a PROEn uma ação específica neste item.</p>
<p>Pouca apropriação do PPP dos Cursos, por parte de alunos e professores.</p>	<p>Flexibilizar horários de discussão do PPP dos Cursos para ampliar a possibilidade de participação dos alunos</p>	<p>A PROEn assessora e instrumentaliza permanentemente os Colegiados de Curso em questões didático-pedagógica, como elaboração e implementação dos PPPs dos cursos, a partir de demandas dos Colegiados ou identificadas pela PROEn.</p> <p>Cabe a estes Colegiados ações junto ao corpo discente. A partir de 2008/2, a PROEn iniciou um ciclo de reuniões nos centros envolvendo direção e coordenadores de colegiado</p>

		de curso, afim de levantar demandas, identificar problemas e construir soluções.
	Agilizar a adequação dos PPPs dos cursos ao PPP da Graduação.	Desde 2007 até a presente data 16 cursos adequaram os PPPs de curso ao PPP Institucional.
Ausência de cronograma para implantação dos cursos seqüenciais.		A PROEn elaborou em 2008/2 uma proposta de reforma da resolução que trata dos cursos seqüenciais, que será apresentada aos conselhos superiores em 2009/1. A partir desta nova política será proposto um novo cronograma de cursos.
Indefinição da condução dos cursos seqüenciais e do EAD.		Os cursos de EaD da FURB seguem a política de ensino a distância definidos em 2004 que priorizava a oferta de cursos de especialização <i>latu sensu</i> . Em 2006 a Instituição obtém o credenciamento para oferta desses cursos. Em 2007 aprova um conjunto de cursos. Em 2008 iniciam 11 cursos distribuídos nas áreas de educação e administração totalizando aproximadamente 800 alunos.
	Estudar o impacto financeiro nas implantações das reformas curriculares.	Criação de um grupo para estudo do impacto financeiro na implantação dos currículos.

Comentário da CPA:

O novo Planejamento Estratégico (2006-2009) contempla metas para as várias modalidades de ensino na instituição incluindo a graduação (Projetos Estratégicos: P₁ - Inovação Acadêmica e P₂ - FURB Digital), porém estas não estão claras, e nem as ações utilizadas para atingir os objetivos definidos.

A lógica de organização curricular não permite uma ampla flexibilidade com exceção de alguns cursos. A Instituição, através da PROEn, tem se mantido comprometida em ofertar periodicamente cursos cujos temas abrangem: avaliação, metodologias, concepções de aprendizagens e uso de novas tecnologias. As recomendações da CPA nesse sentido surtiram desdobramentos positivos, constatando-se um maior desenvolvimento das ferramentas tecnológicas de apoio pedagógico (AVA) e pontos de acesso à internet nas salas de aula.

A PROEn, no sentido da não apropriação do PPP dos cursos por parte dos alunos e professores, afirma que estas discussões cabem aos colegiados. Comprova-se um significativo avanço em relação ao ensino a distância (EAD) e cursos sequenciais. Ficou claro que a Instituição está trabalhando para consolidar estes dois processos. Da mesma forma, a adequação dos PPPs dos cursos ao PPP da instituição tem sido ampliada e constata-se uma ação contínua da PROEn de assessoramento aos cursos.

DIMENSÃO 2.2 – A POLÍTICA PARA A PESQUISA

Pontos Frágeis/ Indicadores	Recomendações da CPA	Resultados alcançados
<p>- Falta de mecanismos de controle das bolsas de pesquisa financiadas por entidades de natureza diversa (empresas, fundações).</p>	<p>Aperfeiçoar o SIPEX (Sistema Integrado de Pesquisa e Extensão) e os mecanismos de acompanhamento dos projetos de pesquisa, para acesso da comunidade interna e externa.</p> <p>- Criar parcerias com empresas de iniciativa privada para obtenção de apoio à pesquisa e à iniciação científica.</p>	<p>- Proposta de formulários no SIPEX (já implementada e simplificada para maior agilidade no cadastramento de projetos).</p> <p>- Criação e lançamento do Portal da Pesquisa e Extensão na II MIPE em Outubro de 2008.</p>
<p>- Recursos insuficientes para estímulo aos professores e alunos apresentarem produção científica em eventos externos.</p>		<p>- Informar aos professores da possibilidade de conseguir recurso para participação em eventos em agências de fomento externa.</p> <p>- Fomentar em Edital interno apoio específico para participação em eventos científicos.</p>
<p>- Pouca produção científica publicada em periódicos indexados.</p>	<p>Verificar e publicar o resultado da participação de docentes e acadêmicos em eventos (número de participações, investimentos, publicações...).</p>	<p>- Dar maior peso para a produção científica em periódicos indexados na análise de propostas submetidas aos Editais internos na PROPEX, estimulando assim a produção científica do professor.</p> <p>- Fomentar em Edital interno apoio para tradução e revisão de língua estrangeira de artigos a serem submetidos para publicação.</p>

<p>- Pouca apresentação de propostas de pesquisa em agências de fomento.</p>	<p>Regulamentar internamente as formas de remuneração dos acadêmicos em projetos de pesquisa e/ou em outros projetos em desenvolvimento financiados por empresas privadas.</p>	<p>- Informar a todos os professores sobre os editais abertos no CNPq e FAPESC através de e-mail. - Identificar e entrar em contato com professores ou Grupo de Pesquisas que possam submeter projetos a determinado edital (em conjunto com o NUPEX).</p>
<p>- Poucos alunos trabalhando de forma voluntária nos projetos de pesquisa.</p>		<p>- Este trabalho deve ser feito pelos coordenadores e professores de cada curso de graduação</p>
<p>- Inexistência de pesquisa em alguns cursos de graduação.</p>	<p>- Adotar políticas mais incisivas para estimular a pesquisa nos cursos de graduação. - Incentivar os docentes qualificados a encaminhar o maior número de projetos possíveis nos editais externos. - Divulgar os resultados das pesquisas científicas nas semanas acadêmicas. Verificar e publicar o resultado da participação de docentes e acadêmicos em eventos (número de participações, investimentos, publicações...).</p>	<p>- Não há ação planejada para este item visto que a pesquisa deve partir de Grupos formados por professores</p>
<p>- Inadequação de alguns espaços físicos existentes às necessidades dos novos projetos aprovados.</p>		<p>- Trabalhar junto a PROAD e COPLAN para viabilização de espaço físico.</p>
<p>- Restrição nos critérios para a participação docente em programas e</p>	<p>Redefinir critérios para possibilitar a participação de</p>	<p>- Fomentar com horas pesquisa professores TPH que</p>

projetos de pesquisa. (Resolução 47/04 só autoriza a pesquisa a docentes enquadrados em TI 40h ou TP 20h)	todos os docentes em projetos de pesquisa (rever Resolução 47/04).	captem recurso externo e que sejam coordenadores de projeto.
---	--	--

Comentário da CPA:

No que se refere à Pesquisa, ações relevantes, como o aperfeiçoamento do SIPEX e uma ampla divulgação de editais, incluindo os de apoio interno, já foram implementadas. No entanto ainda não se observa parcerias com empresas de iniciativa privada.

Quanto à participação em eventos de iniciação científica, a Instituição estimula, porém não disponibiliza recursos suficientes. Existe maior pontuação para a produção científica, mas a nova tabela Qualis da CAPES ainda não está sendo aplicada.

Existe por parte da Instituição um processo de divulgação de editais externos, mas algumas ações dependem exclusivamente dos grupos de pesquisas e dos professores pesquisadores. Quanto ao fato do trabalho de pesquisa voluntário cabe aos docentes promovê-lo, mas não existem ações planejadas de estímulos por parte da instituição. A resolução 47/04 foi revista permitindo a participação de professores horistas desde que haja captação de recursos externos.

2.3 – POLÍTICAS PARA A EXTENSÃO

Pontos Frágeis/ Indicadores	Recomendações da CPA	Resultados alcançados
- Restrita apropriação da extensão como atividade acadêmica pelos docentes.	Deflagrar mecanismos para superação das fragilidades apontadas, com vistas a aperfeiçoar e consolidar a política de extensão. - Estimular na comunidade universitária ações de extensão enfatizando sua importância no cumprimento da missão da Universidade.	- Desenvolvimento de atividade na formação docente sobre conceito de extensão e formas de indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão.
- Divulgação inadequada de algumas ações, descaracterizando sua natureza como extensão universitária.	Divulgar de forma mais intensa as atividades de extensão, para fortalecer a imagem da instituição na comunidade.	- Criação do Portal Eletrônico de Pesquisa e Extensão com divulgação dos projetos, equipes e grupos de trabalho, criando um ambiente de comunicação para pesquisadores, extensionistas e comunidade externa. - Mostra integrada de ensino, pesquisa e extensão.
- Pouca oferta de editais externos.		- Divulgação de editais externos para a comunidade interna, apoio da equipe da DAEX para a submissão de projetos. - Ampliação do apoio à extensão através de edital com recursos da Fundação Fritz Muller. - Captação de recursos via PROSAÚDE e PET SAÚDE (em fase de elaboração).
- Número reduzido de bolsas para acadêmicos e pouco apoio dos órgãos governamentais.	Deflagrar mecanismos para superação das fragilidades apontadas, com vistas a	- Manutenção dos recursos para a Extensão (financeiros, horas para

	aperfeiçoar e consolidar a política de extensão.	docente e bolsas de extensão) de forma contínua através de edital interno; - Perspectiva de ampliação dos recursos através de captação de recursos para novo edital interno em parceria com a Fundação Fritz Muller (mais 15 bolsas) e edital PET SAÚDE (de 60 a 120 bolsas – em processo de submissão)
- Ausência de um processo de consulta às demandas da sociedade.		- Possibilidade de interação com a comunidade a partir do Portal de Pesquisa e Extensão. - Projeto do PE “Representatividade e o relacionamento externo” para qualificar a participação dos representantes da FURB em órgãos externos do poder público e organizações da sociedade civil.
- O envolvimento incipiente da comunidade externa na elaboração, execução e avaliação de propostas.		- Rever este indicador. Projeto do PE: Universidade Comunitária. - Portal de Pesquisa e Extensão com espaço para a comunidade externa.
- Falta de sintonia entre quem planeja, quem divulga e quem acompanha os eventos internos, comprometendo o sucesso das atividades e o seu registro.		Projeto do planejamento estratégico para a melhoria dos processos administrativos:

		“Convergência de Processos Administrativos e de Comunicação”. Maior interação entre Departamentos, CCM, NUPEX e PROPEX.
- Poucos registros disponíveis de atividades que articulam simultaneamente a pesquisa e a extensão.		Reformulação do formulário de relatório de extensão com campo específico para relato de experiências de indissociabilidade. Edital FFM com bolsistas de Pesquisa e Extensão para incentivar a prática de pesquisa integrada nos projetos de extensão – previsão de lançamento em março de 2009. Mesa sobre o tema da indissociabilidade na MIPE.
- Os critérios para a participação docente em programas e projetos de extensão são restritivos, pois a Resolução 47/04 só autoriza a extensão a docentes enquadrados em TI 40h ou TP 20h.	- Possibilitar a participação de todos os docentes em projetos de extensão (rever Resolução 47/04).	A resolução está sendo reformulada, considerando o aspecto acadêmico e a viabilidade financeira.
- Ausência de pesquisas a respeito de efetividade de programas ou ações de extensão para a comunidade.	Estimular na comunidade universitária ações de extensão enfatizando a sua importância no cumprimento da missão da Universidade.	Definição de indicadores do PE: público atingido pelos projetos de extensão; satisfação do usuário; nº de alunos envolvidos com extensão.
- Delimitação das atividades de extensão pelos editais, restringindo a admissão de outras já consolidadas na Instituição, que não se classificam como ensino ou pesquisa (FURB VISITA	- Revisar os critérios definidos nos editais para a admissão de projetos de extensão, sem excluir atividades já consolidadas internamente.	Revisão da Política de Extensão contemplando os projetos “institucionais” no sentido de melhorar o seu gerenciamento e avaliação

SUA RUA...).		pela PROPEX.
--------------	--	--------------

Comentário da CPA:

A fim de aperfeiçoar e consolidar a política de Extensão observa-se que estão sendo desenvolvidas atividades na formação docente sobre conceito de extensão e formas de indissociabilidade entre Ensino-Pesquisa-Extensão.

Quanto a divulgação de atividades de Extensão, comprova-se que vem sendo reforçada graças a criação do Portal Eletrônico e da Mostra Integrada de Pesquisa e Extensão, ações relevantes na divulgação e socialização de projetos e grupos de trabalho na comunidade interna e externa.

A manutenção de recursos garante a continuidade das ações e há perspectivas de ampliação com parcerias junto a Fundação Fritz Muller e captação de recursos via PROSAÚDE e PET SAÚDE

Quanto à política de Extensão da Universidade, está sendo alvo de revisão, no entanto, a Resolução 47/04 que só autoriza a extensão a docentes enquadrados em TI 40h ou TP 20h encontra-se ainda em vigência, restringindo a participação de demais professores do quadro.

O Planejamento Estratégico prevê indicadores para efetivação de ações de extensão à comunidade, a representatividade e o relacionamento da universidade com órgãos externos tanto público como privado. A universidade reconhece que o envolvimento da comunidade externa é incipiente na elaboração, execução e avaliação de propostas de extensão.

2.4 – POLÍTICAS PARA A PÓS-GRADUAÇÃO

Pontos Frágeis/ Indicadores	Recomendações da CPA	Resultados alcançados
<p>- Ausência de regulamentação da política institucional de pós-graduação.</p>	<p>- Regular a política institucional de pós-graduação.</p>	<p>- Para o Stricto Sensu, no âmbito do Fórum de Coordenadores de Programas de Mestrado e Doutorado, foi deflagrado um processo coletivo de elaboração de uma nova resolução, todas as ações possíveis e necessárias, deixando as especificidades requeridas pela área do saber, ou pelo comitê de área da CAPES para serem particularizadas nos regulamentos dos programas.</p>
<p>- Falta de coerência entre a criação e a expansão da pós-graduação (<i>Stricto Sensu</i> e <i>Lato Sensu</i>) com as metas do PE.</p>	<p>- Rever as metas do PE para a pós-graduação.</p>	<p>- As metas do PE da FURB estão sendo referenciadas em todas as ações capitaneadas pelo projeto Qualis A. As metas foram disponibilizadas nos respectivos setores, transformando-se em painéis de bordo, que estão sendo alimentados e averiguados sistematicamente.</p>
<p>- Não observância das linhas de pesquisa por alguns programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i>.</p>		<p>Todo o processo de revisão das políticas de pesquisa e pós-graduação sinalizam para um processo de pactuação e transformação deste consenso em novas regras voltadas à garantia desta observância. Exemplo disso é o conteúdo presente na Resolução da Pesquisa e do</p>

		Stricto Sensu (em processo de finalização)
- Pouca integração entre as atividades da pós-graduação e graduação.		A revisão da resolução do estágio docente vai nesta direção. O próximo passo será fomentar estratégias cotidianas, tanto para o <i>lato</i> como para o <i>stricto sensu</i> , que tenham convergência com a graduação.
- Interrupção da circulação de revistas científicas internas por falta de artigos para publicação.	- Providenciar indexação dos periódicos internos publicados pela FURB.	A nova formatação das revistas eletrônicas, uma vez que todas as revistas da FURB passaram a ser divulgadas através do Portal de Periódicos, tem facilitado o processo de submissão e avaliação dos artigos. A própria plataforma utilizada pelas revistas eletrônicas permite uma melhor e mais ampla divulgação da mesma, permitindo o aumento da submissão de artigos.
- Ausência de curso de doutorado.	- Implantar doutorado em vista do recredenciamento da Universidade em 2007.	Já foi aprovado o primeiro programa de doutorado, em Ciências Contábeis e Administração. Há uma sinalização concreta para, pelo menos dois novos programas alcançarem nota 04, o que permitirá o pleito, junto a CAPES, de novos programas de doutoramento.
	Vincular a expedição de diplomas de mestrado à aceitação de pelo menos um artigo científico para	Em discussão no Fórum de <i>Stricto Sensu</i> , e em processo de implantação progressiva pelos programas. Expectativa

	publicação em periódicos indexados.	de que até o final de 2009 todos os programas tenham implementado.
	- Estimular a implantação de novos mestrados e no mínimo um em cada unidade universitária.	A PROPEX estimulou a criação de uma secretaria de <i>stricto sensu</i> por Unidade Universitária, e a adequação e unificação das sistemáticas de secretaria. Todo o processo de implantação de novos programas está sendo incubada pela PROPEX sob a supervisão e orientação coletiva do Fórum de <i>Stricto Sensu</i> .
- Falta de indexação de periódicos internos.	Providenciar indexação dos periódicos internos publicados pela FURB.	Todas as revistas internas foram transformadas em periódicos eletrônicos, o que garante circulação internacional por meio da internet. No momento cada uma das revistas vêm sendo analisadas por cada um dos programas que as abriga para que possam ser indexadas no Qualis, segundo os critérios estabelecidos pelos respectivos comitês de área.
	Elevar o índice de professores mestres e doutores para mais de 75%, e que pelo menos metade destes sejam doutores.	A PROPEX propôs uma nova política de formação docente, que resultou na aprovação de uma nova regulamentação e a construção do Plano Institucional de Formação Docente, voltado a atender, entre outros, um índice mais elevado de mestres e doutores.

	<p>Deflagrar mecanismos para superação das demais fragilidades apontadas, com vistas a consolidar e expandir a política de pós-graduação.</p>	<p>- Fórum permanente dos Coordenadores dos Cursos <i>Stricto Sensu</i> (para discussão e encaminhamento de propostas de melhoria dos mestrados e doutorados); - Fórum permanente das Secretarias dos Mestrados (ação coordenada visando melhorar e agilizar os procedimentos administrativos das</p>
		<p>secretarias da pós-graduação); - Melhoria da pós-graduação <i>lato sensu</i>. referente aos seguintes aspectos: a) Implantação de um novo espaço físico para a secretaria geral da DPG, b) Redistribuição das tarefas e redefinição do grupo de trabalho da DPG, c) Implantação de nova política de comercialização dos cursos através das parceiras.</p>

Comentário da CPA:

Das recomendações dadas pela CPA em relação à pós-graduação, a PROPEX alega que estão sendo feitos encaminhamentos. Mas de concreto, o que se observou foi: a criação das revistas on-line, a implantação de doutorado em Administração e Ciências Contábeis, a adaptação ao Qualis, a criação de algumas secretarias específicas para *Stricto Sensu* (que deveria ser para todos os programas) e a secretaria geral da DPG, redistribuição das tarefas e redefinição do grupo de trabalho da DPG, e implantação de nova política de comercialização dos cursos através das parceiras.

DIMENSÃO 3 – RESPONSABILIDADE SOCIAL

Pontos Frágeis/ Indicadores	Recomendações da CPA	Resultados alcançados
-Sistematização e divulgação deficiente das ações da FURB pertinentes à responsabilidade social.		
- Captação de recursos (públicos e privados) para atendimento da responsabilidade social.	Investir na qualificação de profissionais na área de preservação da memória e patrimônio cultural da região para possibilitar a captação de recursos nesta área.	
	Investir na qualificação dos servidores, para atualização e aperfeiçoamento de suas atividades.	DGDP tem oferecido uma série de cursos e oportunidades
	Implantar um sistema de gerenciamento das ações de responsabilidade social desenvolvidas na FURB.	
	Divulgar as ações de responsabilidade social, em forma de balanço social. (Modelo disponível em: < http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm >)	Balanço social realizado e divulgado.
	Adotar internamente políticas de preservação ambiental e divulgá-las (ex: não uso de defensivos agrícolas nos jardins internos).	Atualmente trabalhamos com a política de uso com responsabilidade de defensivos agrícolas uma vez que o não uso é impraticável.
	Intensificar ações para inserção de pessoas portadoras de necessidades especiais.	
	Intensificar cultura de redução de	Ações foram tomadas para

	consumo (energia, água, telefone, etc...), educação ambiental e de preservação do patrimônio de uso coletivo.	a redução do uso de energia e telefone, com a aquisição de sistemas de controle.
	Ampliar os benefícios para os servidores (vale-alimentação, pagamento de hora extra, sala para repouso...).	Não faz parte do plano de gestão o pagamento de vale alimentação. Hora extra é paga em função de necessidade.
	Ampliar as ações de melhoria de clima organizacional.	Foi feita a pesquisa e as ações estão sendo tomadas.

Comentário da CPA:

As ações implantadas ou em implantação foram as seguintes: maior oferta de cursos de qualificação do pessoal, Implantação da política de uso com responsabilidade de defensivos agrícolas, redução substancial do uso de energia e telefone e a Universidade realizou e divulgou seu balanço social.

As recomendações da CPA não atendidas foram: divulgação deficiente das ações sociais, captação de recursos para sustentar as mesmas, intensificar ações para inserção de pessoas portadoras de necessidades especiais e ampliar as ações de melhoria do clima organizacional.

DIMENSÃO 4 – A COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

Pontos Frágeis/ Indicadores	Recomendações da CPA	Resultados alcançados
<p>- Há limitações na comunicação dos centros acadêmicos, somente 14 dos 39 CAs possuem site e 1 tem jornal, destaca-se no entanto a evolução crescente nesse sentido.</p>		<p>Vamos sugerir os Centros a fazer suas páginas a exemplo dos que já possuem. Estas páginas são feitas por cada centro, e não pela CCM. O incentivo também pode ser para a produção de jornais, que não necessariamente terão que ser impressos, e sim on-line.</p>
<p>- Indefinição dos públicos de cada mídia interna gerando duplicidade nos encaminhamentos e até concorrência entre os segmentos.</p>	<p>- Definir e Implantar uma política institucional de comunicação.</p>	<p>Para isso é necessário a criação de uma resolução para uma única política de comunicação, atualmente inexistente.</p>
<p>- Pouca divulgação dos projetos e ações na mídia externa.</p>	<p>- Integrar os segmentos profissionais: jornalismo, publicidade e relações públicas e seus veículos de comunicação: FURB TV, FURB FM, Notícias do site, Newsletter-Universidade Digital, Informativo Em Dia, Revistas de divulgação, Jornal da FURB.</p> <p>- Intensificar a publicação e divulgação das ações na mídia regional e nacional para dar visualização maior à FURB.</p> <p>- Maior visibilidade da FURB na sinalização urbana estendendo aos campi dos municípios vizinhos.</p>	<p>No que se relaciona a comunicação paga, estamos limitados ao orçamento. Porém na Assessoria de Imprensa muitas medidas já foram tomadas, e a exemplo do que ocorreu em 2007, o relatório da CCM sobre o ano de 2008 mostrará a quantidade de centimetragem na mídia gráfica. O Clip diário de notícias também mostra o quanto a FURB está presente na mídia, seja pelos releases da CCM, seja por outros meios. É importante também incentivarmos nossos pesquisadores, coordenadores a nos auxiliar</p>

	- Melhorar a comunicação eletrônica (serviço de e-mail – anti-spam).	na passagem das informações para enriquecer cada vez mais nosso Boletim de Notícias para a Imprensa, bem como nossas notícias no site da FURB.
- Falta de uma política de endomarketing.	- Criar política de endomarketing. Implantar sistema de informações atualizadas sobre: a realidade institucional, as características do contexto socioeconômico regional, os recursos e outros elementos para subsidiar a gestão, a avaliação institucional e a comunicação corporativa.	Sugerimos o desenvolvimento de uma política de endomarketing pela DGDP e CCM. Algumas coisas já estão sendo feitas: A CCM liderou a 3ª Gincana dos Servidores; criou um calendário para 2009 com peças artísticas de servidores da FURB, e está auxiliando a DGDP no desenvolvimento de uma nova intranet que proporcionará uma maior interação entre o público interno.
- Desconhecimento das informações gerais sobre a FURB pelos servidores responsáveis (telefonista, recepcionista,...)	- Criar condições para melhorar o fluxo das informações para agilizar a comunicação interna e externa.	Inúmeras vezes já concordamos que este pessoal precisa de um treinamento contínuo, onde todas as informações deverão ser passadas com entusiasmo e profissionalismo. Vamos elaborar um programa para este treinamento.
- Falta de continuidade na atualização de informações no Portal da FURB (Cursos, indicadores de produção científica...) e na INTRANET (Sislen...).	- Criar maior interatividade e movimento no portal da FURB	Já foi criado o Portal da Pesquisa e Extensão com maior visibilidade para os trabalhos científicos. O novo portal FURB que deverá ser inaugurado em maio/2009 ficará mais dinâmico e com

		maior espaço para divulgação. Importante o entendimento que a CCM deve ser “abastecida” com informações para poder fazer este trabalho cada vez melhor.
--	--	---

Comentário da CPA:

A maioria das sugestões da CPA está sendo providenciada segundo as declarações dos setores responsáveis. Pode-se notar alguns avanços: gincanas dos servidores e uma maior presença da FURB na mídia, conforme releases e clippagens diárias enviadas pela CCM.

DIMENSÃO 5 – POLÍTICAS DE PESSOAL, CARREIRA DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Pontos Frágeis/ Indicadores	Recomendações da CPA	Resultados alcançados
- Grande quantidade de técnico-administrativos contratados no período de 2001-2005, sem concurso.		Este número é inferior a 10% atualmente e, quando for o caso, é para ações específicas e temporárias.
- Limitações na avaliação de desempenho dos servidores, tanto na forma como nos instrumentos.		Este instrumento está sendo revisto.
- Insatisfação dos técnico-administrativos, em virtude de expectativas pessoais pela qualificação superior, gerando ausência de motivação pela limitação do cargo.		Entendemos que este item está fora do contexto, pois as expectativas pessoais não são argumentos para implicar em baixo rendimento no cargo.
- Ausência de avaliação sistemática do clima organizacional.	Implantar avaliação sistemática do clima organizacional.	A partir de 2008 será feita anualmente.
	Estender apoio financeiro aos servidores técnico-administrativo para freqüentar cursos <i>stricto sensu</i> na sede.	Este apoio está previsto em resolução.
	Priorizar a indicação de servidores concursados aos cargos comissionados.	Sempre foi a política da gestão.
	Revisar os processos de avaliação de desempenho dos servidores.	Está em revisão.
	Rever o Plano de Carreira Docente.	O Plano está atualizado.
	Agilizar a reformulação e/ou implantação dos Planos Departamentais para reduzir a contratação excessiva de docentes em caráter temporário.	

Comentário da CPA:

A contratação de servidores técnico-administrativos se dá somente através de concurso público, exceto os contratados em caráter emergenciais. Eles são acompanhados durante o seu estágio probatório através de regulamentação específica e posteriormente através de uma comissão de avaliação de desempenho técnico administrativa para fins de pontuação na carreira. A instituição está reformulando os dois processos.

Em relação aos cargos comissionados, a Universidade alega que sempre foi política da Instituição indicar pessoal concursado, porém, o que se observa é que ainda existem servidores que não são do quadro.

Em 2008 a atual administração, fez a primeira pesquisa de clima organizacional da Instituição. É meta que este procedimento seja executado anualmente.

A Universidade passa atualmente por reformas administrativas em decorrência do planejamento estratégico da atual administração. Propostas como: Revisão do plano de carreira, processo de avaliação de desempenho técnico-administrativo, prioridades administrativas, estão contempladas nesta reforma.

DIMENSÃO 6 – ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA FURB, FUNCIONAMENTO E REPRESENTATIVIDADE DOS COLEGIADOS, PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

Pontos Frágeis/ Indicadores	Recomendações da CPA	Resultados alcançados
- Comprometimento na agilidade das decisões em função dos diversos níveis da estrutura administrativa.		Sendo proposta reforma estrutural, a ser enviada aos conselhos em Nov/2008.
- Pouco envolvimento dos servidores e dos acadêmicos nas decisões colegiadas.		
- Ausência de um processo de comunicação informando as resoluções ou pareceres aprovados nos órgãos colegiados.		
- Antinomias na legislação interna.	Sistematizar, revisar a legislação interna.	Será efetuada reforma do Estatuto do Servidor e de Carreira (1º Sem. 2009).
- Descontinuidade no fluxo da comunicação interna.	Diminuir um dos níveis de decisão: Conselho de Centro, Colegiado de Curso, ou Departamento.	Proposta extingue Departamentos e funde CONSUNI e CEPE
	Transformar a Fundação Universidade Regional de Blumenau em administrador das execuções financeiras da Universidade.	Proposta incluída na reforma estrutural
	Diminuir a burocracia e os níveis da estrutura administrativa.	Foram eliminadas Seções em diversos órgãos.
	Identificar o posicionamento estratégico da Universidade.	Efetuada no PEI “Melhor Produto”
	Definir com clareza um plano de marketing.	Em elaboração pela CCM

Comentário da CPA:

DIMENSÃO 6 - ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA FURB, FUNCIONAMENTO E REPRESENTATIVIDADE DOS COLEGIADOS, PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA NOS PROCESSOS DECISÓRIOS.

A maioria das recomendações está sendo tratada na reforma administrativa que se encontra em discussão nos conselhos superiores. Algumas modificações já são perceptíveis como: a definição do posicionamento estratégico e a eliminação de algumas seções/níveis da estrutura administrativa.

DIMENSÃO 7 – INFRA-ESTRUTURA FÍSICA

Pontos Frágeis/ Indicadores	Recomendações da CPA	Resultados alcançados
Deficiência de espaços para alunos e professores pesquisadores.	Compartilhar os espaços entre os diferentes grupos de pesquisa, eliminando algumas salas específicas	
Insuficiência de auditórios, em tamanho e quantidade, para atividades de ensino, pesquisa e extensão.		
	Contemplar no plano de expansão física, a construção de um auditório que atenda às necessidades da instituição, como formaturas e eventos acadêmicos de maior porte.	Em estudo
Inexistência do Plano Diretor Institucional (PDI).		Em elaboração dela DAC (PROAD)
Ausência de centro de convivência e de espaços de lazer.		
Deficiência na quantidade e na manutenção dos equipamentos disponíveis para o ensino.		Reformas e climatização de salas de aula e equipamentos TI comprados. Processo de Manutenção Ambientes de Aprendizagem em revisão.
Inexistência de uma política para ampliação da quantidade e conservação de equipamentos.	Aprimorar o controle do patrimônio a partir do gerenciamento setorial (identificação e registro)	Processo de Manutenção Ambientes de Aprendizagem em elaboração. Sendo implantado controle patrimonial no ERP
	Instituir uma política de comprometimento da comunidade para a conservação e manutenção do patrimônio.	
Falta de espaço físico adequado para		Otimização de turmas

abertura/transferência de cursos do período diurno para o noturno.		permitiu transferência de 4 cursos para noturno.
	Adequar os balcões de atendimento, caixas eletrônicos, telefones públicos e outros equipamentos e mobiliários aos portadores de necessidades especiais.	
	Continuar a política de concentração dos cursos por Unidade Universitária (distribuição física)	Executado. Design transferido para Campus II e Artes para Campus I
	Implementar a CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes).	

Comentário da CPA:

A não elaboração ainda de um Plano Diretor Institucional (PDI) tem dificultado as ações com relação a espaço físico de uma forma geral, para alunos e professores pesquisadores. A falta de um auditório que atenda grandes eventos, centro de convivência e de áreas de lazer são exemplos destas dificuldades.

Torna-se visível que a instituição vem reformando e equipando as salas de forma a agregar mais conforto e qualidade ao processo de ensino aprendizagem, porém é um processo lento. Houve melhorias no controle patrimonial.

Houve algumas ações no sentido de concentrar os cursos por área e algumas mudanças de turno e adaptações logísticas para atender portadores de necessidades especiais. Porém ainda não foi implantada uma política de segurança (CIPA) e de manutenção e conservação do patrimônio.

DIMENSÃO 8 – PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

Pontos Frágeis/ Indicadores	Recomendações da CPA	Resultados alcançados
- Ausência do PDI.	Elaborar o PDI e o Plano Diretor Institucional.	Em elaboração
- A ausência da definição de uma política para a pesquisa e para a pós-graduação, além dos aspectos definidos no Planejamento Estratégico.	Definir política para a pesquisa e para a pós-graduação.	Definida.
	Rever continuamente as metas previstas no Planejamento Estratégico.	Efetuada elaboração do PE em 2007 e revisado em 2008.
- Pouco comprometimento dos gestores para o alcance de algumas metas previstas no Planejamento Estratégico.		Avaliações mensais na Administração Superior e para 2009, extensão das metas para Administração Setorial.
- Avaliação institucional até 2005, restrita ao ensino de graduação.		Em 2009 será ampliada para serviços e Pós-Graduação
- Ausência de processos contínuos de avaliação do clima organizacional.		Efetuada pesquisa de clima em 2008 Indicador do PE Anual
- Pouco envolvimento da comunidade universitária nos diversos seminários de avaliação institucional internos, apesar da intensa divulgação pela CPA.		
- Falta de conscientização da comunidade universitária sobre os objetivos e competências da CPA.	Definir com clareza um plano de Marketing.	Em elaboração
	Promover maior articulação entre o planejamento e a avaliação institucional.	Indicadores definidos no PE estão sendo repassados para a Avaliação Institucional
	Identificar o posicionamento estratégico da Universidade.	Definido: “Melhor Produto”

Comentário da CPA:

A universidade elaborou o PE em 2007 e o revisou em 2008. No entanto, apesar da recomendação da CPA quanto ao Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e o Plano Diretor Institucional, ainda não há documentos finais elaborados. Quanto à política para a pesquisa e para a pós-graduação a instituição afirma que está definida, porém, não forneceu informações específicas. Também são vagas as respostas às recomendações acerca da avaliação institucional, no sentido de haver uma maior articulação com o planejamento e na definição de um plano de marketing para a CPA.

Como pontos positivos pode-se apontar (i) as avaliações mensais na administração superior e a meta de expandi-la em 2009 para a administração setorial, serviços e pós-graduação e (ii) a realização de pesquisa de clima organizacional em 2008.

Quanto ao posicionamento estratégico da Universidade, este foi definido como o “Melhor Produto”.

DIMENSÃO 9 – POLÍTICAS DE ATENDIMENTO A ESTUDANTES E EGRESSOS

Pontos Frágeis/ Indicadores	Recomendações da CPA	Resultados alcançados
- Inexistência de estudos para identificar as razões dos altos índices de evasão escolar.	Implementar ações para verificar as causas e diminuir a evasão escolar.	- Início de estudos sobre essa temática e elaboração de projeto para diminuir a evasão; - Elaboração de proposta de programas para auxílio ao estudante.
- Falta de espaço físico adequado para a abertura/transferência de Cursos do período diurno para o Noturno.		PROEN_PROAD
- Baixa relação matrícula x vaga nos Cursos de Licenciatura, Engenharia Civil, Economia, dentre outros.		Elaborado programa para as licenciaturas.
- Ausência de clareza em relação às definições, atribuições e planejamento da CAE pela Universidade.		Elaboração do planejamento estratégico para definir as atribuições até Dez.2009.
- Diminuição do valor da bolsa para possibilitar o atendimento de um número maior de estudantes.		Esse valor (%) de repasse vem do governo estadual. Realizado contato para minimizar essa situação.
- Falta de um programa de encaminhamento e acompanhamento para estágios não-obrigatórios.		NE
	Promover a coerência entre o objetivo da Instituição e as ações em todos os níveis.	Realizar estudos e estratégias em conjunto com os demais setores envolvidos, diminuindo hiato existente.
	Definir a política institucional de atendimento ao estudante.	Definir a política institucional de atendimento ao estudante.
	Intensificar a divulgação de todos os programas de apoio aos estudantes.	Realizado através da mídia.
	Ampliar os programas de	Está em estudo (PE).

	permanência do estudante, além da questão econômica.	
	Instituir um banco de dados sobre o mercado de trabalho.	NE
	Intensificar a divulgação dos eventos científico-culturais.	
	Sensibilizar os estudantes na participação mais significativa nos conselhos e comissões.	
	Criar uma política de valorização da FURB entre os estudantes.	
	Propiciar maior interação com os egressos.	
		- Melhorias no canal de comunicação entre os estudantes e a FURB através do portal acadêmico; -Institucionalizar a praça de atendimento, como a segunda melhor forma de comunicação e relacionamento com o estudante.

Comentário da CPA:

Os pontos que mais chamam a atenção estão relacionados ao baixo índice de candidatos por vagas para alguns cursos e a evasão escolar. Foram sugeridos estudos para verificar as possíveis causas e ações já vêm sendo tomadas.

Uma sugestão bastante prática, ao menos, no sentido de evitar a evasão escolar, é a divulgação mais abrangente de todas as linhas de apoio aos estudantes, como por exemplo, FIES, bolsas art. 170, bolsas FFAE, etc. Ajudando assim, a amenizar a dificuldade relacionada a recursos financeiros.

Além de dar condições para a manutenção financeira do aluno no curso, foram sugeridas outras medidas como facilitar o acesso do aluno a informações dentro da Universidade, neste sentido a implementação do Portal Acadêmico foi de grande valia.

Também vale salientar que algumas recomendações dependem muito do estudante, como é o caso da participação discente em conselhos e comissões. Ficou claro que as políticas de atendimento

aos estudantes são elementos cruciais a serem considerados no planejamento estratégico da instituição, no entanto pelas respostas dadas, percebe-se que ainda há muito a ser feito.

DIMENSÃO 10 – SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

Pontos Frágeis/ Indicadores	Recomendações da CPA	Resultados alcançados
- Captação de recursos financeiros está limitada (80%) ao ensino de graduação e eventuais serviços.		Meta PE de diminuir esta dependência, com evolução efetiva em 2008.
- Baixa relação entre diretriz orçamentária e planejamento estratégico.		Sendo efetuada integração. Diretriz 2010 deverá seguir PE
- Insuficiência de recursos em determinadas rubricas.		Problema agravado, porém já há melhor assertividade.
	Intensificar ações para melhorar a relação alunos por cursos	Programa de bolsas para cursos de Demanda Social para 2009/1.
	Reduzir a participação da folha salarial na arrecadação total a níveis inferiores à média observada, ou seja, abaixo de 60,0%.	Foi feito controle de Horas Docentes, redução de Horas Extras, suspensão de concursos e interrupção do anuênio por 2 anos.
	Diversificar as formas de captação de recursos para que a arrecadação financeira não dependa exclusivamente do pagamento das mensalidades dos alunos.	Sendo trabalhadas receitas dos Institutos pelo NUPEX e captação para Extensão e Esportes

Comentário da CPA:

Das recomendações feitas pela CPA, foram acatadas as seguintes: a) Intensificar ações para melhorar a relação alunos por cursos. Para 2009/1 está planejado programa de bolsas para cursos de Demanda Social. b) Reduzir a participação da folha salarial na arrecadação total a níveis inferiores à média observada, ou seja, abaixo de 60,0%. Foi feito controle de Horas Docentes, redução de Horas Extras, suspensão de concursos e interrupção do anuênio por 2 anos. c) Diversificar as formas de captação de recursos para que a arrecadação financeira não dependa exclusivamente do pagamento das mensalidades dos alunos. Foram trabalhadas receitas dos Institutos pelo NUPEX e captação para Extensão e Esportes.

Quanto às outras recomendações e pontos frágeis detectados, não houve resultados efetivos.

CONCLUSÕES DA CPA

O presente documento reúne informações fornecidas pelas Pró-Reitorias e Coordenadorias da universidade. Esse Balanço Crítico aponta as ações tomadas pela Instituição, em decorrência do processo de avaliação 2001-2005. Essas informações permitiram a análise da CPA de maneira a conhecer as repercussões da avaliação, pois esse processo é dinâmico e constante.

Em uma perspectiva emancipatória e não somente diagnóstica, a avaliação não apenas detecta o problema, como promove sua superação. Assim, a primeira etapa do processo de avaliação concentrou-se em detectar os pontos positivos e frágeis da instituição em suas diferentes dimensões. Em um momento posterior aconteceram as recomendações da CPA visando minimizar as fragilidades. Finalmente, foi necessário averiguar os desdobramentos do processo, a saber, de que forma a instituição posicionou-se diante dos aspectos apontados.

Analisando as fragilidades, recomendações e resultados, comprovamos que muitas vezes, as recomendações da CPA foram acatadas, e que certas ações de grande impacto institucional foram tomadas levando-se em conta tais sugestões. Isso traduz a relevância da CPA enquanto organismo ativo, participativo e crítico.

No entanto, ainda são muitos os pontos em que não houve um posicionamento da instituição. Certas fragilidades permanecem e suas respectivas recomendações não foram atendidas pela instituição, que muitas vezes alega que a situação encontra-se em estudo, o que significa, na prática, que ainda nenhuma providência foi tomada, de fato. Como exemplo pode-se citar a inexistência do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e o Plano Diretor Institucional.

Outro dificultador é o fato de alguns setores da universidade tardarem ou mesmo não fornecerem os dados solicitados. Essa morosidade tem dificultado os Relatórios produzidos pela CPA.

Por fim, a CPA entende que somente através das análises quantitativas e qualitativas da próxima autoavaliação (2006-2009) se poderá observar o grau de melhoria destes pontos frágeis.